

## A HISTÓRIA DA SUPERDOTAÇÃO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Fabíola de Oliveira da Silva <sup>1</sup>  
Regiana Machado da Silva <sup>2</sup>  
Dara Dalila Ferreira Neto <sup>3</sup>  
Luciano Tadeu Corrêa Medeiros <sup>4</sup>  
Paulo Sérgio de Almeida Corrêa <sup>5</sup>

### RESUMO

Objetivou-se entender o que vem a ser a superdotação, as características fundamentais apresentadas pelo superdotado, assim como as políticas de educação inclusiva implementadas no Brasil. O que é a superdotação e quais as características apresentadas pela pessoa superdotada? Quais as políticas públicas de inclusão adotadas no Brasil, visando a inserção da pessoa superdotada no sistema de ensino brasileiro? De que forma essas políticas têm impactado nas escolas? Realizou-se pesquisa documental e bibliográfica envolvendo a temática. Os resultados apontam para estágios diferentes de construção da política de Educação Inclusiva e marca a existência de diversos procedimentos normativos no contexto brasileiro para assegurar a igualdade de oportunidades inclusivas para pessoas com deficiência, principalmente no que se refere aos superdotados. Observou-se que a legislação tem sido apontada como um importante fator para o desenvolvimento da Educação Inclusiva, no entanto a existência formal de leis não implica necessariamente o seu cumprimento na prática. A retirada de obstáculos impeditivos para que haja a plena participação inclusiva e aprendizagem de pessoas com AH/SD envolve, para além da legislação, a conscientização, os investimentos em melhorias dos espaços educativos e os conhecimentos científicos necessários que contribuam para a elaboração de políticas públicas que garantam acesso e permanência dessas pessoas nos espaços escolares.

**Palavras-chave:** Superdotação, Educação Inclusiva, Políticas Públicas.

### INTRODUÇÃO

A educação especial segundo Merlo (2008, p.08), deve agir pedagogicamente para garantir respostas educacionais de qualidade às necessidades dos alunos com necessidades educacionais especiais, dentre eles ao aluno com altas habilidades/superdotação, através de serviços, recursos e metodologias em todas as etapas ou modalidades da educação básica.

Os indivíduos com superdotação apresentam características bastante heterogêneas assumindo diferentes conotações conforme seu contexto cultural, ou seja, não há um conjunto de características que se manifestarão em todos os indivíduos que apresentam o fenômeno da superdotação. No meio acadêmico uma série de pesquisas vem sendo desenvolvidas nesta temática e parte delas descrevem as principais características comumente verificadas nas pessoas com altas habilidades.

<sup>1</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará - UFPA, fabi\_oliveira01@yahoo.com.br;

<sup>2</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará – UFPA, regiana.machado56@gmail.com;

<sup>3</sup> Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará - UFPA, dara.neto@gmail.com;

<sup>4</sup> Graduando do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará - UFPA, lucianomedeiros2602@gmail.com

<sup>5</sup> Professor orientador: Doutor em Educação, FAED/ICED - UFPA, paulosac@ufpa.br.

Nas pesquisas existentes normalmente a pessoa diagnosticada com o fenômeno da superdotação apresenta rápida aprendizagem, autodidatismo, precocidade e desempenho eficaz ao se relacionar. De acordo com Winer (1998, p. 243), as crianças nem sempre apresentam desempenho regular em todos os campos acadêmicos, os perfis irregulares são muito mais comuns do que os regulares.

A superdotação, segundo Souza (2013), é vista muitas vezes como fator ligado à expressão talento – destacando indivíduos que ultrapassam as habilidades do que é considerado normal, tendo diferentes formas de serem desenvolvidas.

Por se tratar de educação especial, a legislação brasileira assegura aos superdotados direitos a serem cumpridos no sistema educacional. As escolas da rede regular de ensino devem organizar as classes comuns, com atividades que favoreçam, ao aluno que apresente altas habilidades/superdotação, o aprofundamento e enriquecimento de aspectos curriculares, mediante desafios suplementares nas classes comuns, em sala de recursos ou em outros espaços definidos pelos sistemas de ensino. O que a sociedade conhece sobre superdotação? Há bastante material disponível e de fácil acesso sobre a temática? Os educadores estão preparados para desenvolver trabalhos de forma adequada com os portadores de altas habilidades? Sabe-se que a falta de identificação desses alunos, nas escolas, impede a organização de ações voltadas para suas especificidades.

Diante do exposto, é necessário instigar sobre o tema perante a sociedade em geral com ênfase nos educadores e futuros educadores pois parte da responsabilidade também que é de o professor dar a devida atenção ao superdotado nas atividades escolares. A pesquisa é relevante uma vez que a temática necessita de mais pesquisas da área além de possibilitar ao público pertencente às instituições e sociedade em geral acesso visando utilização deste material para conhecimento da inserção educacional dos indivíduos diagnosticados com o fenômeno da superdotação. Desta maneira pode-se afirmar que o conteúdo desta pesquisa é de substancial importância para todos em virtude de agregar conhecimento e destaca a visibilidade devida sobre perspectivas que envolvem a superdotação.

Através das consultas em bibliografias disponíveis foi possível aprofundar o tema, tais como: Mazzotta (2005), descrevendo em sua obra a história da educação especial no Brasil; Souza (2013) que destaca o talento dos superdotados como característica diferencial; Chagas (2007), discorrendo sobre possíveis dificuldades de relacionamento dos superdotados; Giordano (2000) e sua contribuição na ampliação de pesquisas na temática e pesquisa documental baseada na legislação vigente sobre o tema e nos documentos oficiais disponíveis para acesso.

Foi possível perceber que a legislação vigente garante atenção especial aos superdotados, entretanto na prática a falta de informação e de recursos na maioria dos casos dificulta o reconhecimento e desempenho dos potenciais relacionados à aprendizagem, criatividade e motivação dos superdotados.

## **METODOLOGIA**

O desenvolvimento do estudo foi guiado pelos seguintes problemas de pesquisa:

O que é a superdotação e quais as características apresentadas pela pessoa superdotada?

Quais as políticas públicas de inclusão adotadas no Brasil, visando a inserção da pessoa superdotada no sistema de ensino brasileiro?

De que forma essas políticas têm impactado nas escolas?

Quanto aos objetivos, nossa preocupação geral visou: entender o que vem a ser a superdotação, as características fundamentais apresentadas pelo superdotado, assim como as políticas de educação inclusiva implementadas no Brasil.

Do ponto de vista dos fins específicos, intentou-se:

Realizar um estudo documental e bibliográfico sobre Superdotação no Brasil;

Analisar o processo da Superdotação a partir da implementação das Políticas de Educação Inclusiva adotadas no sistema educacional brasileiro;

Identificar e discutir os impactos dessas políticas na inclusão de pessoas superdotadas nas escolas.

Trata-se de uma investigação de natureza bibliográfica e documental, desenvolvida por meio de revisão de literatura, abrangendo levantamentos e análises de documentos oficiais, livros, artigos, com o intuito de identificar dados históricos acerca do fenômeno AH/SD, afim de compreender a trajetória temporal de maneira organizada, de modo a identificar o surgimento da preocupação com a educação de pessoas com AH/SD e sua inserção no meio educacional.

A pesquisa é considerada básica, pois objetiva produzir novos conhecimentos acerca da superdotação e a geração de discussões e a possibilidade de futuras investigações científicas sobre o assunto. “Objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais” (Prodanov e Freitas, 2013, p. 51). Levando em consideração o fato de que estudos e especializações sobre educação especial inclusiva estão em evidência no Brasil, infere-se que a superdotação é um tema de grande relevância para elaboração de um estudo.

A pesquisa também é exploratória, pois ela visa a investigação de informações relevantes a respeito da história da superdotação no Brasil através de livros e documentos para desenvolvimento da pesquisa. “[...] tem como finalidade proporcionar mais informações sobre

(83) 3322.3222

[contato@conedu.com.br](mailto:contato@conedu.com.br)

[www.conedu.com.br](http://www.conedu.com.br)

o assunto que vamos pesquisar [...]. Assume, em geral as formas de pesquisas bibliográficas e estudos de caso” (Prodanov e Freitas, 2013, p. 51-52).

A pesquisa é bibliográfica uma vez que foi realizada através de registros existentes e disponíveis para acesso, decorrentes de pesquisas anteriores descritas em artigos, livros, teses e monografias, textos inseridos em sites de busca sobre a temática e documentos impressos. Fez-se manuseio destes materiais elaborados por outros autores devidamente registrados e referenciados, a fim de manter a credibilidade do conteúdo. A escolha dos autores foi baseada na relevância do trabalho destes na literatura existente sobre altas habilidades/superdotação.

A pesquisa é de caráter bibliográfico e documental. A pesquisa bibliográfica é realizada utilizando-se de materiais como livros e artigos científicos. Já a pesquisa documental consiste na utilização de fontes analíticas (relatórios, tabelas) e não analíticas (fotografias, cartas, documentos oficiais) (GIL, 2008). No caso da pesquisa documental são utilizados documentos legislativos, como LDBe informações extraídas do site do Ministério da Educação <https://www.mec.gov.br/>, juntamente com a análise de autores de obras e artigos como Chagas (2007) e Branco et al (2017), para explicar a história da superdotação no Brasil.

Para fundamentação da parte documental, realizou-se acesso de informações teóricas e legislativas retiradas da obra de Mazzotta (2005) em que o autor afirma que as iniciativas oficiais e particulares ocorreram no período de 1854 a 1956 e as de âmbito nacional ocorreram no período de 1957 a 1993, no qual demonstra que o atendimento educacional aos tidos "excepcionais" evoluiu, apresentou resultados e ganhou notoriedade a âmbito nacional. Fez-se uso também de artigos que discutem a temática e documentos publicados em sites de busca como os periódicos da coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior (CAPES) <https://www.periodicos.capes.gov.br/> e acesso na página da associação paulista para altas habilidades/ superdotação (APAHS) ) <http://apahsd.org.br/>. Não houve financiamento da pesquisa.

## **DESENVOLVIMENTO**

Para as políticas públicas de educação inclusiva com foco na superdotação no Brasil, verificou-se que o autor Mazzotta (2005) em seu livro intitulado "Educação Especial no Brasil; história e políticas públicas, descreve como se deram as criações das legislações e normas através de análise interpretativa das ações governamentais e dos planos educacionais que se referem à educação especial decorridas entre 1961 a 1971. Sendo essa fonte de dados utilizada no trabalho é de origem secundária por já serem utilizadas anteriormente em outras pesquisas. É aquela que não é desenvolvida pelo próprio pesquisador e sim obtida de trabalhos e obras realizadas por outros pesquisadores (GRESSLER, 2004).

O atendimento a pessoas com deficiência ocorreu no Brasil no período do Império, e em ordem de D. Pedro II foi criado em 1854 o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e em 1857 criou-se o Instituto dos Surdos Mudos atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos fundados no Rio de Janeiro. E no início do século XX, em 1926 houve a fundação do Instituto Pestalozzi - instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954 surgiu a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE e; em 1945, criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, com grande contribuição da psicóloga russa Helena Antipoff (MARTINS, 2015).

Seguidamente, o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, criado no MEC em 1973, responsável pela gerência da Educação Especial no Brasil, que, amparado na ordem integracionista, ajudou a impulsionar importantes ações educacionais direcionadas às pessoas com deficiência e às pessoas com superdotação que assumia forma de ações e campanhas assistenciais isoladas do Estado.

Nesse momento, não havia uma política pública efetiva de acesso livre à educação, pois ainda prevalecia a concepção de ‘políticas especiais’ que tratava da temática educacional de alunos com deficiência e abrangendo os alunos com superdotação, e mesmo passando a ter acesso ao ensino regular, não havia a preocupação de prestar um atendimento especializado considerando as dificuldades de aprendizagem desses alunos.

Atualmente, direcionando a pesquisa para a prática da educação inclusiva, verificamos que os estudos de Freitas e Negrini apontam que a necessidade de inclusão dos alunos com altas habilidades é evidente, porém esbarram no agravante de as escolas ainda não disponibilizarem de recursos suficientes para a realização eficiente desse processo. Freitas e Negrini (2008, p.283) afirmam assim:

[...] a inclusão dos alunos com altas habilidades/superdotação ainda se faz necessário, uma vez que as escolas ainda não se sentem preparadas para atendê-los e, mesmo sem perceber, realizam práticas excludentes e desestimulantes para estes alunos, que vão à escola em busca de novos desafios para a aprendizagem (FREITAS E NEGRINI, 2008, p. 283).

Para Maia e Fleith (2004, p.56), as práticas excludentes podem trazer frustrações ao se sentirem desmotivados se o sistema educacional não disponibilizar de um quadro de professores com aptidões para lidarem diariamente com esses alunos e desenvolverem com eles atividades que os incentivem a seguir diante com o processo educativo. Desempenhar um modo

educacional hábil de trabalhar visando desempenho progressivo, com atividades inovadoras e não repetitivas podem elevar o grau de desenvolvimento do aluno com AH/SD.

A ideia de que o aluno superdotado tem recursos suficientes para desenvolver habilidades e produzir conhecimento é um mito que se reflete no uso limitado de práticas educativas direcionadas a esta clientela. É necessário que se desenvolvam estratégias educacionais que atendam às necessidades dos alunos superdotados e talentosos (MAIAE FLEITH, 2004, p. 56).

As dificuldades para dar suporte educacional ao superdotado parte do fato de terem sido criadas políticas públicas para essa modalidade e as mesmas não atentarem para o fator estrutural das escolas, bem menos na questão da formação do professor e de um currículo específico para esses alunos. Tal fato pode ser um dos principais indicativos que ocasiona um expressivo número de acesso desses alunos na rede pública de educação, porém não garante a permanência dos mesmos nas instituições de ensino.

### **SUPERDOTAÇÃO: CONCEITO E HISTÓRICO**

De acordo com o Ministério da Educação (2006) a superdotação conceitua-se como uma característica que eleva os níveis de aptidões e habilidades em determinadas pessoas para desenvolverem diversas atividades em diferentes áreas de conhecimento. Essa característica geralmente é diagnosticada ainda nas fases da infância e da juventude, principalmente no ambiente escolar, onde os alunos acabam manifestando suas altas habilidades em relação aos colegas de sala.

O MEC (ao invés de repetir o nome da instituição) (2006) especifica que não existe um padrão de superdotação e enumera 6 (seis) tipos de superdotados: intelectual, acadêmico, criativo, social, psicomotor e talento especial, sendo que dentre essas especificações pode-se observar características principais como facilidade de aprendizagem, concentração, boa memória, capacidade de liderança e bom desempenho em atividades artísticas, ressaltando que para ser superdotado, necessariamente a pessoa não precisa ter alguma dessas características ou apenas uma.

Há também aqueles que possuem altas habilidades e superdotação, mas têm rendimento escolar inferior ao nível de estudo o qual está inserido, então, manifestam falta de interesse e desmotivação para os estudos acadêmicos e para a rotina escolar, podendo também apresentar dificuldades de socialização e integração ao grupo de alunos, desencadeando problemas de aprendizagem e de adaptação escolar. Esses alunos por muitas vezes acabam por ser “podados” pelos profissionais da educação quando não identificados, pois eles são enxergados pelas 15 dificuldades que apresentam e não pelas qualidades ou habilidades que devem ser estimuladas (Souza, 2013).

De acordo com Souza (2013), até o início do século XX não havia maneiras de se quantificar atributos da inteligência, o que começou a se tornar possível quando Alfred Binet, um psicólogo francês, desenvolveu a primeira escala de desenvolvimento infantil. Milhares de crianças foram observadas sistematicamente, possibilitando a identificação e a descrição das tarefas que podiam ser desempenhadas em cada etapa do desenvolvimento cronológico infantil.

A partir de meados dos anos 1990, acrescentou-se ao conceito de superdotação o termo talento, de forma que indivíduos apresentam características fortes e de destaque nas artes e representações.

Joseph Renzulli, pesquisador da Universidade de Connecticut elaborou a teoria dos Três Anéis, que define as principais características abrangidas a um superdotado: habilidade acima da média em alguma área de conhecimento, alto envolvimento com determinada tarefa e alto nível de criatividade. (DALOSTO e ALENCAR, 2016).

Destaque-se igualmente que:

Outra situação a se observar é a rejeição que os alunos superdotados podem sentir em relação aos outros colegas. Apresenta algumas implicações negativas que um superdotado pode sentir em sala de aula como: tédio em desenvolver as atividades, envolver-se em muitas atividades simultaneamente, pode-se sentir isolado, ter dificuldade de relacionamento com os outros alunos, sempre se cobrar para ser o melhor em tudo. Dessa forma, a escola tem o papel de promover a igualdade e a interação entre os alunos (Chagas, 2007).

Sendo assim, pode haver casos em que a criança superdotada possui alto desempenho em determinada matéria escolar, mas tem dificuldade nas outras, ou não ir muito bem nas matérias escolares, mas ter uma capacidade surpreendente de pintar, esculpir ou tocar um instrumento. Aí, se encontra a importância de a escola conseguir identificar as capacidades e necessidades dos alunos e orientar os professores e pedagogos a saberem trabalhar de forma adequada ao ritmo desses alunos.

Na maioria das vezes, há uma generalização sobre o comportamento de crianças superdotadas, onde se cria o estereótipo de que são extremamente inteligentes e conseguem aprender todas as matérias da escola em um curto período de tempo. Todavia, existem dois tipos de superdotações: a escolar e a talentosa, a primeira delas resume-se em um bom desempenho escolar e intelectual, enquanto a segunda envolve características como: criatividade, curiosidade, flexibilidade (CHAGAS, 2007, p. 161).

As habilidades acima da média podem ser gerais ou específicas. As gerais constituem-se na alta capacidade de processar informações e formular hipóteses de soluções,

as específicas configuram-se em alto domínio de conhecimento de uma determinada área como matemática, pintura, música, etc.

A criatividade é um dos componentes para a sensação de independência das ações, o indivíduo excepcionalmente criativo apresenta forte senso de liberdade tendo pouca aceitação de limitação ou dependência de alguém.

A identificação de uma criança com superdotação é um processo bastante complexo e segundo o MEC (1999) este processo interliga todos os olhos que observam a criança, como professor, família, psicólogo, para que ocorra um entendimento das características da criança nos diversos ambientes e contextos.

O diagnóstico deve conter diversos aspectos para poder se avaliar de maneira mais concisa, uma vez que se apenas tiver por base uma avaliação para aspectos cognitivos ofuscará as outras possíveis características daquele indivíduo, como traços musicais, habilidades psicomotoras.

A identificação deste indivíduo, segundo o MEC (1999), deve se dado na obtenção de dados do dia a dia escolar do aluno, analisando suas atividades intelectuais e sociais, assim possibilitando uma comparação com pessoas da mesma faixa etária e realidade.

A identificação do superdotado deve considerar a definição de altas habilidades que se aplica ao contexto e tem que ser uma etapa do atendimento total: só faz sentido para gerar medidas educacionais específicas, senão é só uma rotulação. Ou seja, a identificação tem a função de favorecer a adoção de procedimentos educacionais adequados. Novamente, podemos reiterar que definir se alguém tem altas habilidades ou não depende da compreensão de seus comportamentos, situados no contexto do qual provêm, e da análise cuidadosa e detalhada das configurações das capacidades que caracterizam cada pessoa (Cupertino, 2008).

Ainda para Cupertino (2008 p. 27), é necessário avaliar comportamentos em conjunto por meio de observação direta do comportamento, avaliação do desempenho, escalas de características, questionários, entrevistas, ou conversas com a própria pessoa, com a família, com os professores, testes, desde que usados mais como metáforas da vida real do que em busca de resultados numéricos absolutos.

## **ESCOLA PÚBLICA E AS PRIMEIRAS LEIS EDUCACIONAIS**

O sistema regular de ensino no Brasil, é elaborado para receber apenas aqueles alunos ditos normais, com bom desempenho, sem dificuldade de aprendizagem e cujas famílias tenham condições de os incentivar nos estudos, a quebra dessa “tradição” causa uma problemática quando este mesmo sistema se vê diante do fracasso dos alunos que, devido a problemas sociais, psicológicos, culturais e em quaisquer outras situações, o torne incapaz de lidar com o

“diferente”. Desse modo a escola pública, criada a partir da Revolução Francesa como veículo de inclusão e inserção social, vem sendo em nosso país inexoravelmente um espaço de exclusão – não só dos deficientes, mas de todos aqueles que não se enquadram dentro do padrão imaginário do aluno “normal”. As classes especiais, por sua vez, se tornaram verdadeiros depósitos de todos aqueles que, por uma razão ou outra, não se enquadram no sistema escolar. (GLAT, 2000, pg. 18).

Podemos observar que a escola pública tem seu papel definido, e deveria ser mais inclusiva em aspecto geral de educação popular, democrática e para todos, enquanto que a educação especial é responsabilizada historicamente pela educação dos indivíduos com deficiência, uma vez que ela já assumia padrões excludentes.

Com o passar dos anos, muitas mudanças aconteceram e a institucionalização de algumas leis foram fundamentais para integrar o desenvolvimento educacional no país, dentre as quais está a Constituição Federal, que no seu artigo 205 pretende garantir educação para todos, o inciso III do art. 208 da Constituição Brasileira se refere ao atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, “preferencialmente na rede regular de ensino”.

A Política Nacional de Educação Especial (MEC/SEEP, 1994) em que o MEC estabelece como diretrizes da Educação Especial, apoiar o sistema regular de ensino para a inserção de portadores de deficiência, priorizando o financiamento de projetos que visam a ação de integração, logo após, esta definição ganhou reforço na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) e há pouco tempo nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (CNE/CEB, 2001).

Mais claramente, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica preveem o atendimento educacional especializado aos portadores de necessidades especiais preferencialmente na rede regular de ensino, através da adaptação do currículo e de metodologias de ensino mais direcionadas, ainda dentro dessa diretriz.

### **A SUPERDOTAÇÃO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

No Brasil, temos uma figura muito marcante no processo de inclusão dos deficientes: Ulysses Pernambucano de Melo Sobrinho. Ele defendeu a tese “Classificação das crianças anormais: a parada do desenvolvimento intelectual e suas formas: a instabilidade e a astenia mental”. Em 1929 ele fundiu o Instituto de Psicologia, a sua intenção era estabelecer o atendimento médico-pedagógico as crianças com deficiência e que os professores deveriam ser orientados para trabalhar de maneira adequada com essas crianças (JANNUZZI, 2017, p.5).

Outra influência em relação ao assunto foi Helena Wladirmina Antipoff, na qual fundou em 1935, o Instituto Pestalozzi e em 1940 a Fazenda do Rosário que servia para atender de forma especializada as crianças com necessidades especiais. (GIORDANO, 2000, p.7). Helena foi ampliando suas pesquisas e passou a desenvolver trabalhos com pessoas superdotadas.

Sendo assim, atualmente, no lugar da Fazenda do Rosário, foi fundada a ADAV (Associação Milton Campos para o Desenvolvimento e Assistência de Vocação de Bem-Dotados), em 1973, em Ibirité, Minas Gerais, lá são realizadas atividades em tempo integral buscando desenvolver a potencialidade de crianças e adolescentes com AH/SD (Altas Habilidades/ Superdotação).

Desde 1976, a Secretaria de Educação do Distrito Federal através do Programa de Atendimento aos Alunos Superdotados vem realizando trabalhos nas escolas regulares que possuem em seu corpo discente, alunos superdotados, proporcionando um ambiente específico para esses alunos nessas escolas, estimulando neles o desenvolvimento de seus talentos e habilidades. (Pereira e Guimarães, 2007, p. 5).

Em 1994, foi dada durante a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: a Declaração de Salamanca, um documento assinado por diversos países, incluindo o Brasil, no qual favorece o acesso igualitário à educação para pessoas com deficiência, os países que assinaram, se comprometerem a implantar políticas públicas para que ocorra esse processo de inclusão. (SELAU, p. 72010).

Em 2005, houve a criação do Núcleo de Atividades de Altas Habilidades/ Superdotação, e em 2006 ele foi implantado pelo MEC em várias capitais do país para oferecerem às escolas – assistência aos familiares e a orientação e formação continuada de professores para o atendimento especializado de crianças com AH/SD. (NAAH/S, 2019).

A esse respeito, convém perceber que:

No Brasil, a legislação educacional reconhece a necessidade de atendimento especializado ao aluno com altas habilidades e garante estratégias para a realização de programas educacionais destinados a atender as necessidades desses alunos na LDB. Os estados brasileiros têm sido convidados pela Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação a organizar programas de atendimento e a normatizar ações educativas em diversas instâncias, que vão desde a consolidação de sua Lei Orgânica Estadual e a organização de propostas educacionais até a implementação de programas de atendimento (Pereira e Guimarães, 2007, p. 169).

A ConBraSD (Conselho Brasileiro para a Superdotação), também tem a responsabilidade de implementar ações para capacitação de profissionais que atuam com crianças superdotadas, além de eventos e palestras sobre o assunto. (PEREIRA e GUIMARÃES, 2007, p.8).

Objetivamente para Cupertino (2008, p.13), algumas datas foram muito importantes no Brasil, dentre elas destacam-se os primeiros seminários para os bem-dotados, em 1966, o MEC criou comissão para estabelecer critérios de identificação e atendimento aos superdotados em 1967 e em 1978 criou a Associação Brasileira para superdotados (ABSD). Já em 2003 surge o Conselho Brasileiro da Superdotação (ConBraSD) e finalmente em 2006 a implantação do núcleo de atividades de altas habilidades/ superdotação (NAAH/S).

Pode-se ressaltar pela nomenclatura da tese de Ulysses que, nessa época, a deficiência física ou mental era vista como anormalidade. Com o passar do tempo, termos como “anormal” e “incapacitado” são extintos e passam a ser substituídos por PCD (pessoas com deficiência). De acordo com Chagas (2007, p. 6), em relação a superdotação, no Brasil são utilizados os termos “altas habilidades”, no qual dá mais referência ao alto nível de desempenho da pessoa ao processar as informações e desenvolver suas atividades, e “superdotação” dá mais ênfase às características da pessoa, como por exemplo: memorização rápida ou habilidade ao tocar um instrumento.

Segundo Andrés (2010, p.4), a antiga LDB (Lei de Diretrizes e Bases) – Lei nº 4024/1961 se referia a alunos superdotados como excepcionais, depois na Lei 5.692/ 71, na qual é a LDB de 1971 houve a substituição pelo termo superdotado. Na nova LDB (Lei nº 9394/1996) abrange-se o termo alunos com altas habilidades ou superdotações. Ainda está sendo estudada a possibilidade da mudança para “portador de altas habilidades”, por ser considerado um termo menos pejorativo.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A pesquisa de fontes bibliográfica e documental foi essencial para que esclarecesse a proposta da construção do artigo sobre definição de superdotação e suas características principais e como está sendo abordada a inclusão na educação e escolas brasileiras. Através de um levantamento bibliográficos dos autores escolhidos também pautados nas discussões documentais percebeu-se a importância da temática para a sociedade, fato este proporcionado pela pesquisa científica que ao longo do processo nos instigou a entender que o contexto atual está em conexão com o desenrolar dos processos iniciados anteriormente em nossa história.

A realização das atividades obedeceu ao cronograma abaixo:

Atividades	Período de Realização							
	Junho de 2019			Julho de 2019				
	05	12	19	26	03	05	07	10
Elaboração da Introdução	x	x	x					
Captura dos documentos		x						
Exame dos documentos			x		x			
Elaboração das Seções do texto				x				
Formulação das Conclusões				x				
Revisão Geral do texto						x	x	

Através da lei de diretrizes e bases da educação Nacional inicialmente houve a preservação de direitos dos superdotados à educação visando a integração. De acordo com a LDB da Educação Nacional, o ensino que deve ser exercido nas instituições brasileiras é baseado em determinado por alguns princípios em igualdade de condições e acesso para a permanência na escola, assim não teria exclusão de uma minoria, entretanto mesmo em um contexto teoricamente favorável e disposto a atender alunos em condições especiais de aprendizagem, na práticas muitos fatores desfavorecem atender tal demanda.

Pela lei o estado tem o dever de garantir um atendimento especializado das instituições para os alunos com deficiência, transtornos de desenvolvimento e com altas habilidades e/ou superdotações com a finalidade de assegurar um ensino igualitário e comum a todos de acordo com as suas necessidades e limitações. Percebe-se que há uma atenção aos alunos com altas habilidades ou superdotação, assim afirmando que o poder público deve realizar um cadastro de todos os alunos com essas características que estão matriculados nas redes de ensino para a implantação de políticas públicas visando um desenvolvimento das potencialidades desses alunos.

Para Carvalho e Oliveira (2015, p.7), sem a intenção de apresentar um modelo ou receita pronta para a transformação do processo educacional, entendemos que educação inclusiva é um processo que valoriza as diferenças, que envolve compromisso político e ações em direção à aprendizagem, requer aplicação de estratégias didático-metodológicas que contribuem para a formação dos indivíduos, no qual todas as crianças conseguem aprender e que está diretamente ligada à qualidade da educação ofertada para todos. Nesse caso, enfatiza-se a responsabilidade da escola de planejar estratégias para responder às demandas e retire o foco sobre as dificuldades individuais.

Segundo Mantoan e Santos (2015, p. 62), nas redes pública e privada que adotaram medidas inclusivas de organização da escola, é possível observar as mudanças a partir do princípio democrático da educação para todos, de três ângulos, quais sejam: o dos desafios provocados por essas inovações; o das ações, inclusive aquelas que implicam no trabalho de

formação dos professores e o das perspectivas que se abrem à educação escolar em consequência da implantação de projetos inclusivos.

Para o CNE (Conselho Nacional de Educação) os alunos com AH/SD são considerados discentes com necessidades educacionais especiais e que para haver a identificação dessa característica e de quais necessidades o aluno superdotado inserido naquele contexto escolar possui, é importante que haja um trabalho de cooperação entre os docentes, os diretores, os coordenadores, o setor específico de educação especial e a família (CNE, 2001) para que assim ocorra um melhor desenvolvimento de políticas públicas de educação inclusiva nas escolas brasileiras. Todavia, o problema baseia-se no fato de que há uma dificuldade dos docentes em conseguir identificar essas características em seus alunos que então suas necessidades acabam passando despercebidas pelas instituições.

No decorrer da realização da pesquisa foi possível entender a definição de superdotação não apenas restrita a conceitos comuns. Houve a desmistificação social que considera os superdotados como privilegiados por possuírem altas habilidades, e a percepção de que estes precisam de atenção social e cuidados especiais, não sendo descartada a possibilidade de problemas sociais e emocionais que possivelmente podem afetar o rendimento escolar e a adaptação dos portadores de altas habilidades junto com os demais indivíduos.

Muitas das conquistas da educação aos superdotados foi devido às pressões dos movimentos sociais, na década de noventa onde as discussões sobre educação inclusiva tomaram corpo no rastro dos debates. O estudo nos possibilitou verificar que alunos com altas habilidades/superdotação teriam direito a currículos enriquecidos e aprofundados de modo complementar ao currículo regular, construído de acordo com suas habilidades e aptidões com o objetivo de desenvolver suas potencialidades.

Ao considerarmos as especificidades do superdotado, nos deparamos com a necessidade de pesquisas na área que proporcionem a consolidação e a produção de novos conhecimentos, sendo estes relevantes para a sociedade no sentido informativo e esclarecedor acerca do que é um superdotado; sobre o acesso a materiais voltados para esse público que contribuam para uma reflexão social crítica baseada no atual quadro educacional brasileiro e, por fim, objetivando também facilitar a identificação e como desenvolver trabalhos educativos de forma adaptada para pessoas com AH/SD.

Assim sendo, a inserção desses alunos nas escolas regulares tem impactado em diferentes ferramentas pedagógicas, entretanto, para que haja êxito neste sentido deve-se trabalhar em conjunto a escola e a família, frisando que as instituições arquem com a necessidade de oferecer condições de trabalho aos profissionais envolvidos neste contexto.

A educação inclusiva é um processo que valoriza as diferenças, que envolve compromisso político e ações em direção à aprendizagem, requer aplicação de estratégias didático-metodológicas que contribuem para a formação dos indivíduos. A necessidade de planejamento em conjunto retira as dificuldades de atender as demandas de forma individual, um direcionamento adequado é essencial para o êxito da educação inclusiva.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A existência de diversos perfis de superdotação eleva a necessidade e importância da discussão do tema perante a nós futuros educadores e aos atuais profissionais, uma vez que o atendimento especializado nas escolas cumpre função extremamente importante na conscientização do próprio superdotado em reconhecer suas particularidades sendo capaz de desenvolver suas habilidades da melhor maneira, mantendo seu desenvolvimento e seu engajamento no grupo social. A sociedade ainda tem o entendimento de que o superdotado é um privilegiado que dispensa atenção à competência acadêmica, desse ponto de vista, alunos com essas características dispensariam qualquer tipo específico de atendimento.

Observar o contexto da educação especial no Brasil que mesmo tendo avanços significativos e sendo atendido por uma legislação capaz de garantir direitos ainda não é suficiente se não acontecer condições necessárias para atendê-los. É necessário compreender que apenas as leis não serão suficientes para transformar a realidade escolar; a formação acadêmica é fundamental nesse processo. O grupo que compõe a instituição escolar: coordenadores, professores, alunos e a sociedade precisam trabalhar em conjunto para que a mudança baseada na igualdade gere uma sociedade mais justa e cidadã.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉS. Aparecida. **Educação da alunos superdotados/altas habilidades**. Legislação e Normas Nacionais. Legislação Internacional. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2010.

ADAV. **Associação Milton Campos para Desenvolvimento e Assistência a Vocações de Bem-Dotados**. Disponível em: <<http://www.pensapositivo.com.br/ADAV/>> Acesso em: 14/06/2019.

APAHSD. **Legislação pertinente**. São Paulo. Disponível em <<http://apahsd.org.br/legislacao-pertinente/>> Acesso em 15 jun 2019.

BRANCO, A; TASSINARIA, A; COMTE, L.. **Breve histórico acerca das altas habilidades/superdotação**: políticas e instrumentos para a identificação. Educação, Batatais, v.7, n. 2, p.23-41, 2017.

BRASIL. **Lei nº 9394/1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)> Acesso em: 11/06/2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Saberes e Práticas da inclusão**: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com altas habilidades/superdotação. Brasília, 2006.

CARVALHO, A; OLIVEIRA, C. **Educação inclusiva e seus impactos nas práticas pedagógicas na rede municipal de jacobina/ba**: estudo colaborativo na escola professor carlos gomes da silva. II Congresso nacional de educação. Universidade do estado da Bahia, 2015.

CARVALHO, A; OLIVEIRA, C. **Educação inclusiva e seus impactos nas práticas pedagógicas**. Universidade do estado da Bahia, 2015.

CHAGAS. Jane Farias. **Conceituação e fatores individuais, familiares e culturais relacionados às altas habilidades**. In: Desenvolvimento de talentos e altas habilidades: orientação a pais e professores. Porto Alegre: Editora Artmed, 2007.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CEB nº 2 de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>> Acesso em: 12/06/2019.

CUPERTINO, C. **Um olhar para altas habilidades**: construindo caminhos. Secretaria de educação do estado de São Paulo, São Paulo, 2008.

DALOSTO, Marcília de Moraes. ALENCAR, Eunice Maria Lúcia. **Os superdotados e o bullying**. Curitiba: Appris, 2016.

FREITAS, S; NEGRINI, T. **A identificação e a inclusão de alunos com características de altas habilidades/superdotação**: discussões pertinentes. **Revista “Educação Especial”**, Santa Maria, n. 32, p. 273-284, 2008. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>>. Acesso em: 01/07/2019.

GLAT, R. **Capacitação de professores: pré-requisito para uma escola aberta à diversidade.** In: Revista Souza Marques, v. I, p. 16-23, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social.** 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIORDANO, Blanche Warzée. **Deficiência e trabalho: analisando suas representações.** São Paulo: Annablume, 2000.

GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios.** 2ª Ed. São Paulo: Loyola, 2004.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil dos primórdios ao início do século XXI.** Campinas: Autores Associados, 2017.

MAIA,P; FLEITH, D. **Avaliação das práticas educacionais de um programa de atendimento a alunos superdotados e talentosos.** Universidade de Brasília, jun. 2004, v. 8, n. 1, p.55-66. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141385572004000100007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141385572004000100007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 01/07/2019.

MANTOAN, M; SANTOS, M. **Atendimento educacional especializado; políticas públicas e gestão nos municípios.** São Paulo: Moderna, 2010.

MARTINS, B. A. **A história das altas habilidades/superdotação no brasil: um olhar sobre a trajetória educacional.** Revista Ciência e Conhecimento – ISSN: 2177-3483.

MAZZOTA, J. S. M. **Educação especial no brasil, História e Políticas Públicas** - 5ª ed. - São Paulo: Editora Cortez, 2005.

MERLO, Sandra. **O aluno com altas habilidades/superdotação e sua inclusão na escola.** Monografia apresentada na Universidade de Santa Maria. Rio Grande do Sul,2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com altas habilidades/superdotação.** [2. ed.] / coordenação geral SEESP/MEC. - Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

NAAH/S. **Núcleo de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação.** Disponível em: <<http://cecrhabilidades.blogspot.com/>> Acesso em: 14/06/2019.

PEREIRA, Vera Lúcia Palmeira. GUIMARÃES, Tânia Gonzaga. **Programas Educacionais para alunos com altas habilidades.** In: Desenvolvimento de talentos e altas habilidades: orientação a pais e professores.

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani César de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2ª edição. Nova Hamburgo: Feevale, 2013.

SELAU, Bento. **Inclusão na sala de aula.** 2ª ed. São Luís: Edufma, 2010.

SILVA, Luciene. **Diferenças Negadas**: o preconceito aos estudantes com deficiência visual. Salvador: EDUNEB, 2009.

SOUZA, Vanessa. **Altas habilidades e superdotação**: uma reflexão sobre o tema. Monografia de especialização. Universidade Tecnológica do Paraná. Medianeria, Disponível em <<http://repositorio.roca.utfpr.edu.br>>. Acesso em 24 jun 2019.